

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E RENDIMENTOS DO TRABALHO: EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL NA DÉCADA DE 1990

Julio Manuel Pires¹

1. Introdução

A economia brasileira passou por profundas transformações nos anos 90, relacionadas, sobretudo, à liberalização comercial e financeira, à reestruturação produtiva, à tentativa de ajuste recessivo no início da década e à política de estabilização de preços encaminhada desde o Plano Real. Tais alterações tiveram impactos expressivos sobre o mercado de trabalho. Estes impactos, conforme amplamente analisados pela literatura, podem ser resumidos principalmente pela ampliação das taxas de desemprego e pelo aumento da precariedade dos postos de trabalho².

Uma outra perspectiva de análise relativamente às transformações operadas no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90 busca ressaltar as maiores demandas de qualificação associadas a este novo padrão de crescimento econômico. Tratar-se-ia, agora, de um novo padrão produtivo caracterizado por um “avanço técnico com viés de habilidade”³, exigindo dos trabalhadores maior nível de qualificação, expresso principalmente por maiores níveis de escolaridade formal. Simultaneamente, observamos que certo conjunto da literatura relacionada ao tema da distribuição de renda no Brasil tem enfatizado o papel dos diferentes níveis educacionais como sendo elemento importante na diferenciação da remuneração entre os trabalhadores, sublinhado-se, ademais, os significativos ganhos associados ao capital humano no caso brasileiro⁴, os quais tendem a suplantam o de outros países.

Assim, este novo ambiente econômico – caracterizado por maior densidade tecnológica relativamente ao aparato produtivo e maior racionalização do processo de trabalho – implicaria em maiores demandas no mercado de trabalho no sentido de favorecer os trabalhadores com maior nível de escolaridade. Se aceitarmos estes dois conjuntos de considerações, deveríamos esperar que, ao longo da década de 1990, às

¹. Professor e Pesquisador do Departamento de Economia da FEARP-USP, do Departamento de Economia da PUC-SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.

². Cf. Dedecca (1999), Dedecca (1998), Oliveira & Mattoso (1996), Cacciamali (1997), Mattoso (1995), Pochmann (1999).

³. Fernandes & Menezes Filho (1999), p. 2.

⁴. Cf. Fernandes & Menezes Filho (1999), Corseuil & Santos (2002). Neri (2000).

maiores exigências educacionais impostas pelo aparato produtivo, deveriam corresponder maiores níveis de remuneração relativa para os trabalhadores com níveis mais elevados de educação. Em outras palavras, deveríamos esperar um alargamento do leque salarial, devido ao favorecimento dos trabalhadores mais qualificados.

Todavia, nosso ponto de vista não se coaduna com tal perspectiva. Em nosso entender, o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro nos anos 90 teve como uma de suas conseqüências em relação ao mercado de trabalho, uma simplificação cada vez maior do conteúdo da maioria das ocupações, ao contrário do que afirma boa parte da literatura pertinente ao tema, a qual busca sublinhar as maiores demandas educacionais advindas do processo de reestruturação e modernização produtivas. De acordo com nossa interpretação, tal assertiva só encontra validade para o conjunto restrito de trabalhadores com maior nível de escolaridade, revelando-se inadequada para explicar a demanda de trabalhadores com até o 2º. grau. Estamos a falar, portanto, de apenas 10% da força de trabalho que estaria sendo beneficiada pelos maiores ganhos salariais advindos de níveis mais elevados de escolaridade e não de sua totalidade. Dito de outra forma, nossa assertiva é de que a maior presença de trabalhadores mais qualificados no mercado de trabalho – conforme constatamos na seção seguinte – estaria muito mais relacionado às condições de oferta mais favoráveis deste tipo de trabalhador do que às exigências do lado da demanda; a elevação dos requisitos de contratação ocorreu porque a oferta permitiu, não porque as funções exigiam.

Uma forma de pormos à prova tal hipótese consiste em examinarmos o que aconteceu com a evolução da remuneração relativa dos trabalhadores ao longo dos anos 90, segundo os níveis de escolaridade. Assim, o objetivo básico de nosso trabalho consiste em observar se a hipótese de maior distanciamento dos níveis de remuneração relativa por nível de escolaridade se verificou neste período. Nosso intento é testar a hipótese de que os processos de mudanças econômicas, condicionados fundamentalmente pela abertura econômica e pela reestruturação produtiva ocorridas nos anos 1990 implicaram em maiores diferenciais de salários quando considerados os trabalhadores por seus diferentes níveis educacionais. A partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – que incluem, portanto, apenas os trabalhadores do setor formal da economia –, analisamos o evoluir dos diferenciais de salários entre os trabalhadores analfabetos, com 1º. grau completo, com 2º. grau completo e com nível superior de escolaridade.

Nosso pressuposto é de que, se de fato as mudanças no padrão produtivo implicassem em alterações no conteúdo das ocupações, havendo demanda de maior qualificação para exercê-las, isto por certo repercutiria numa remuneração relativa mais elevada conforme o maior grau de escolaridade dos trabalhadores, garantindo-se o controle sobre as principais variáveis intervenientes na determinação do nível de remuneração da mão de obra, a saber: sexo, idade, setor de atividade e tamanho da empresa.

Este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, apresentamos uma visão geral das principais mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho formal brasileiro nos anos 90. Na seção 3 expomos a metodologia de análise dos dados aqui utilizada. Na seção 4 examinamos a evolução do diferencial de salários por nível de escolaridade segundo a faixa etária, reproduzindo tal análise na seção 5 segundo o setor de atividade e na seção 6 segundo o tamanho da empresa. É importante observar desde já que todas estas análises têm também como variável de controle o gênero, dado que as diferenças de remuneração por sexo são ainda substantivas no Brasil, como teremos oportunidade de aquilatar ao final de cada uma destas três últimas seções. Por fim, nas conclusões, procuramos resumir e tecer algumas considerações sobre os principais resultados obtidos.

2. Uma visão geral da estrutura do mercado de trabalho nos anos 1990

Os dados apresentados na tabela 2.1 a seguir denotam as principais alterações observadas na composição da mão de obra do mercado de trabalho formal brasileiro durante os anos 1990.

Tabela 2.1**Estrutura do Mercado de Trabalho Brasileiro – Variáveis Seleccionadas: 1989-2000**

	1989		2000	
Total	35.973.684	100,0%	37.262.386	100,0%
Homens	24.565.913	68,3%	23.515.108	63,1%
Mulheres	11.407.771	31,7%	13.747.278	36,9%
Analfabeto	1.235.883	3,4%	732.868	2,0%
1o. Grau Incompleto	18.583.749	51,7%	12.747.874	34,2%
1o. Grau Completo	4.632.908	12,9%	6.629.397	17,8%
2o. Grau Incompleto	2.542.810	7,1%	3.348.200	9,0%
2o. Grau Completo	4.867.463	13,5%	8.686.544	23,3%
Superior Incompleto	1.050.460	2,9%	1.350.239	3,6%
Superior Completo	2.560.460	7,1%	3.767.264	10,1%
18 a 29 Anos	16.060.569	44,6%	14.813.929	39,8%
30 a 39 Anos	9.866.780	27,4%	11.141.656	29,9%
40 a 49 Anos	5.228.735	14,5%	7.212.348	19,4%
50 a 64 Anos	2.665.107	7,4%	3.308.047	8,9%
Indústria	9.831.388	27,3%	7.433.503	19,9%
Construção Civil	2.533.616	7,0%	2.279.027	6,1%
Comércio	5.053.600	14,0%	6.372.355	17,1%
Serviços	15.972.842	44,4%	19.106.468	51,3%
Agropecuária	696.357	1,9%	2.068.969	5,6%
Microempresas	7.672.578	21,3%	10.482.755	28,1%
Pequenas	7.344.843	20,4%	7.616.836	20,4%
Médias	8.733.782	24,3%	7.498.149	20,1%
Grandes	12.222.781	34,0%	10.575.518	28,4%

Fonte: MTE. RAIS.

Trata-se, em primeiro lugar, de um mercado de trabalho que se expandiu muito lentamente; o aumento de 35,9 para 37,2 milhões de trabalhadores formais entre 1989 e 2000 aponta para uma taxa média anual de apenas 0,32%.

Este mercado, simultaneamente, tornou-se mais feminino – com as mulheres ampliando sua participação em mais de 5 pontos porcentuais, mas ainda constituindo

pouco mais de 1/3 do total – e mais velho, devido ao crescimento relativo maior dos trabalhadores com mais de 30 de anos de idade, notadamente o segmento de 40 a 49 anos.

Uma outra constatação bastante conhecida aponta para o decréscimo do setor de construção civil e, sobretudo, da indústria, com crescimento *pari passu* do comércio e serviços no total dos postos de trabalho. Também cabe sublinhar a expansão do emprego formal agrícola, este, no entanto, muito mais relacionado a um quadro de formalização das relações de trabalho no campo do que a um acréscimo efetivo no contingente de trabalhadores rurais.

Nos anos 1990 observamos, de igual forma, uma redução expressiva do contingente absoluto e relativo de trabalhadores alocados em empresas de médio e grande porte, combinado com um aumento da importância das microempresas como empregadores.

Por fim, no que tange ao nível de escolaridade, os dados acima apresentados evidenciam uma melhora substancial da qualificação dos trabalhadores. Decrescem de forma significativa o contingente de trabalhadores analfabetos e com o 1º grau incompleto, aumentando, em contrapartida, a participação relativa dos trabalhadores com níveis de escolaridade mais elevados. Dentre este contingente merece relevo especial o conjunto de empregados formais com o 2º grau completo, cujo montante e participação relativa quase duplicam no período.

3. Metodologia

A elaboração das tabelas abaixo examinadas nas seções 4, 5 e 6 obedeceu os seguintes procedimentos. Inicialmente foram levantados, por intermédio dos CD-Roms com os microdados da RAIS, o salário médio dos trabalhadores de todo o país (com e sem vínculo empregatício em 31 de dezembro), por nível de escolaridade, segundo a faixa etária, setor de atividade e tamanho da empresa. Para cada um destes levantamentos procedemos também à discriminação por sexo.

Os anos selecionados para o levantamento foram: 1989, 1992, 1996, 1998 e 2000. O critério para a escolha destes anos prende-se à representatividade de cada um deles no tocante aos diversos momentos atravessados pela economia brasileira na década de 90. 1989, como ponto de partida por ser o ano imediatamente anterior, com a economia em crescimento. A utilização de 1990 como ponto de partida certamente implicaria em distorções profundas, dado o grave quadro recessivo então imperante. Resquícios deste

ambiente recessivo, com seus reflexos sobre as remunerações relativas podem ser vislumbrados com os dados do ano de 1992, o qual, simultaneamente, permite também captar os primeiros impactos do processo de abertura econômica e de reestruturação produtiva. 1996 representa o auge do Plano Real, quando os indicadores econômicos atingiram seus resultados mais favoráveis, seguindo-se um ano de nítido desaquecimento da atividade produtiva, representado pelo ano de 1998. E, finalmente, temos, com os dados de 2000, o encerramento da década e a consolidação das mudanças operadas nos anos 90, considerando-se a necessidade do ajuste cambial em virtude da crise do início do ano anterior.

A partir destes dados – expressos em número de salários médios mensais – calculamos o diferencial de salários por nível de escolaridade, selecionando apenas os grupos de trabalhadores analfabetos, com o 1º. grau completo, com o 2º grau completo e com nível superior⁵. Para cada um destes grupos, a partir dos trabalhadores com o 1º. grau completo, calculamos seu salário relativamente aos trabalhadores com nível de escolaridade imediatamente anterior, considerando este como sendo igual a 100. Tais resultados encontram-se apresentados nas tabelas 4.1, 5.1 e 6.1.

As tabelas seguintes, 4.2, 5.2 e 6.2, podem ser tomadas, grosso modo, como um “resumo” das tabelas anteriores na medida que elas apresentam a taxa de variação percentual anual dos diferenciais de remunerações de cada grupo de trabalhadores relativamente àqueles com grau de escolaridade imediatamente anterior. Esta taxa foi calculada a partir da estimativa de uma curva de tendência exponencial para cada um dos subconjuntos de trabalhadores e trabalhadoras entre 1989 e 2000.

Por fim, em cada uma das seções seguintes também procedemos a um exame da evolução entre 1989 e 2000 do salário das mulheres relativamente ao dos homens, por nível de escolaridade, controlando-se as variáveis idade, setor de atividade e tamanho da empresa. Buscamos, por meio desta análise, avaliar em que medida os diferenciais de salário por sexo declinaram no período e quais foram os elementos mais importantes para que tal ocorresse.

⁵. Foram descartados, portanto, para efeito de análise, os trabalhadores com 4ª. série incompleta, 8ª. série incompleta, 2º. grau incompleto e superior incompleto.

4. Diferencial de Salário por Nível de Escolaridade Segundo Faixa Etária

A primeira variável que deve ser controlada quando queremos aquilatar o papel da escolaridade formal nos diferenciais de salários diz respeito à idade dos trabalhadores, pois ela costuma ser considerada como uma *proxy* da experiência e, portanto, de maior qualificação dos trabalhadores. O formato habitual da curva remuneração X idade, amplamente conhecido, de um “U” invertido com pico na faixa etária de 40 a 49 anos, mostra que, a despeito de outras variáveis intervenientes, há uma tendência de maior valorização profissional e alcance de maiores níveis de remuneração para os trabalhadores até esta faixa de idade, observando-se decréscimo de rendimentos para os trabalhadores mais idosos.

Os indicadores das remunerações dos trabalhadores e trabalhadoras segundo faixa etária, comparados àqueles com nível de escolaridade imediatamente anterior encontra-se disposto nas tabelas 4.1 e 4.2 abaixo.

Tabela 4.1

Salário Relativo dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Nível de Escolaridade Segundo Faixa Etária

Salário dos Trabalhadores com Grau de Escolaridade Anterior = 100

1o. Grau X Analfabetos - Masculino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989	127,64	137,44	164,05	207,28	239,11
1992	105,81	157,69	200,79	244,44	246,67
1996	120,00	140,94	160,34	190,23	225,71
1998	111,49	133,33	143,54	160,42	190,55
2000	117,29	120,42	135,97	158,46	185,77

2o. Grau X 1o. Grau - Masculino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989	110,83	151,28	164,94	175,24	175,55
1992	107,32	152,13	164,23	174,19	179,82
1996	110,00	139,39	157,89	164,19	187,95
1998	109,70	136,59	164,02	179,44	193,82
2000	111,54	134,60	160,44	179,61	205,11

Superior X 2o. Grau - Masculino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989	-----	201,91	181,28	174,29	183,77
1992	-----	190,58	179,66	171,30	174,35
1996	-----	224,45	192,05	176,79	187,95
1998	-----	243,30	209,06	189,37	193,82
2000	-----	279,69	238,43	206,05	205,11

1o. Grau X Analfabetos - Feminino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989	112,06	85,06	111,23	130,34	190,78
1992	96,05	111,47	118,25	140,97	174,47
1996	101,06	100,00	119,57	163,73	201,31
1998	105,49	91,44	100,29	132,54	171,49
2000	100,63	79,67	96,20	139,44	175,12

2o. Grau X 1o. Grau - Feminino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989	106,33	135,14	143,32	141,67	126,57
1992	107,65	136,21	148,99	155,94	146,04
1996	106,32	121,65	129,67	131,18	126,03
1998	109,25	125,09	140,59	150,13	144,67
2000	113,13	123,05	138,16	151,71	148,09

Superior X 2o. Grau - Feminino

	10 a 17	18 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
1989		187,00	185,91	193,51	205,92
1992		188,22	190,99	192,79	201,04
1996		214,12	202,17	197,54	206,20
1998		232,63	211,72	202,39	200,34
2000		254,18	230,71	207,72	199,63

Fonte: MTE. RAIS.

Tabela 4.2

Taxa de Crescimento do Diferencial de Salários por Nível de Escolaridade
Segundo a Faixa Etária: 1989-2000

	1o. Grau		2o. Grau		Superior	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 a 17 Anos	-1,17	-1,21	0,35	1,39	-----	-----
18 a 29 Anos	-4,32	-3,29	-3,41	-2,73	8,96	8,26
30 a 39 Anos	-7,11	-4,55	-0,57	-1,31	7,00	5,35
40 a 49 Anos	-9,58	0,73	0,79	0,99	4,35	1,90
50 Anos ou Mais	-7,63	-1,89	3,86	3,05	3,26	0,66

Fonte: MTE. RAIS.

Quando cotejamos os trabalhadores e trabalhadoras com o 1º. grau completo e os analfabetos, percebemos de forma nítida a redução operada na remuneração relativa deste primeiro conjunto de assalariados. A única exceção refere-se ao segmento de mulheres de 40 a 49 anos. Esta diminuição nos salários relativos operou-se de forma mais significativa para o subconjunto de trabalhadores mais velhos; as mulheres e os mais jovens com 1º. grau tiveram o seu diferencial de salários relativamente aos analfabetos reduzidos em menor proporção. Um exemplo expressivo refere-se aos assalariados com 40 a 49 anos com 1º. grau que, no início do período, tinham um salário médio 107% superior ao dos analfabetos, chegando esta diferença a 144% em 1992 e que vê este diferencial despencar para 58% no final de nosso período de análise.

Há uma alteração importante quando consideramos os salários da força de trabalho com o 2º. grau completo relativamente àqueles que dispunham só do nível fundamental e principalmente quando consideramos aqueles com nível superior.

Tratemos primeiramente do diferencial salarial associado à obtenção do 2º. grau. A visualização das tabelas 4.1 e 4.2 aponta, inequivocamente, para um aumento relativo dos salários destes trabalhadores e trabalhadoras mais jovens (10 a 17 anos) e mais velhos (acima de 40 anos), ou seja, para estes segmentos, de fato, a conclusão do 2º. grau foi recompensado com o crescimento dos níveis salariais médios em proporção maior frente àqueles que tinham apenas o 1º. grau. Já os conjuntos de trabalhadores – homens e mulheres – na faixa de 18 a 39 anos viram seu diferencial reduzir-se face aos assalariados que tinham apenas o 1º. grau, indicando perda relativa. Muito provavelmente, tal comportamento encontra-se relacionado ao maior crescimento relativo da oferta de pessoas nesta faixa etária que conseguiram completar o 2º. grau. É importante notar que, neste grau

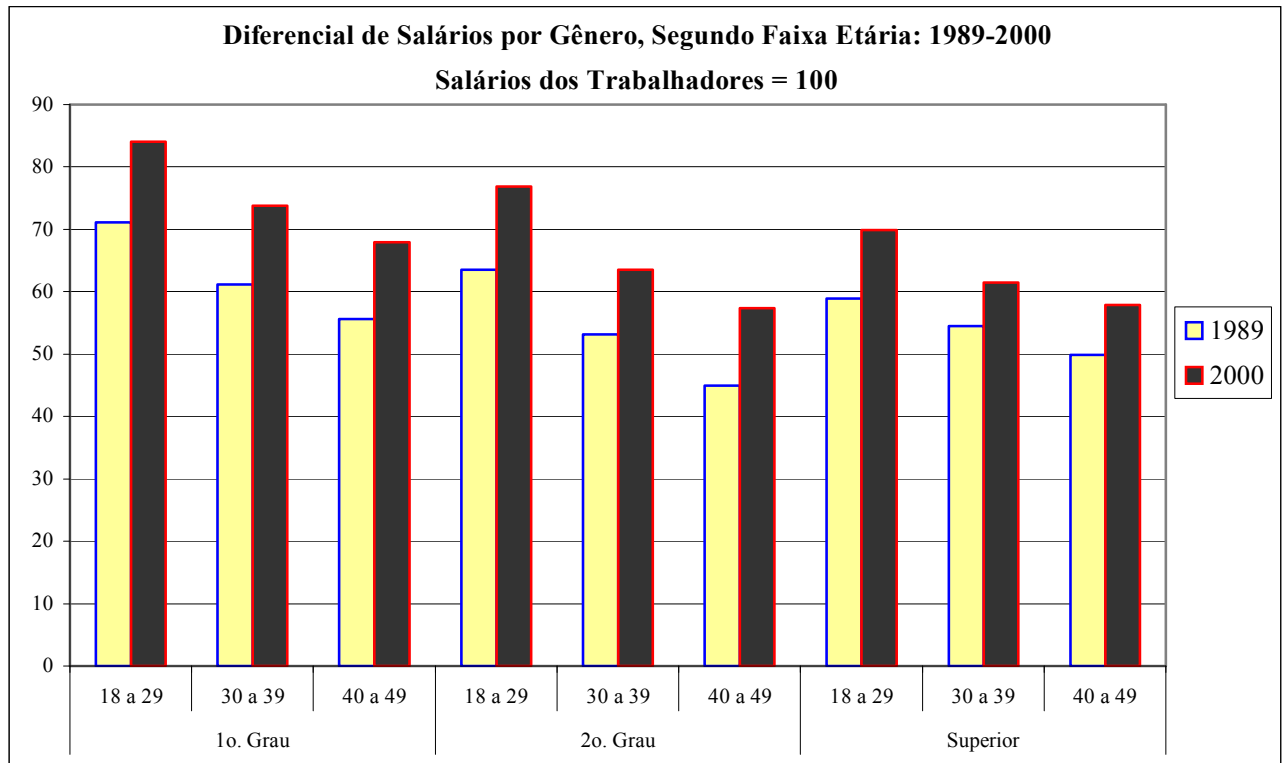
de escolaridade não há qualquer diferença significativa para o comportamento dos diferenciais entre homens e mulheres.

O exame da evolução dos salários dos homens e mulheres com nível superior relativamente aos detentores de 2º. grau permite duas observações importantes. Em primeiro lugar, fica plenamente evidenciado que para este contingente de pessoas, os ganhos relativos foram quase unânimes. A exceção refere-se às mulheres com 3º. grau e com mais de 50 anos de idade, as quais viram sua remuneração relativamente àquelas com 2º. grau regredir de 106% para 99% no período.

Como segundo ponto digno de nota emergem os ganhos sistematicamente superiores para os homens e para os contingentes mais jovens. Assim, um jovem entre 18 e 29 anos com nível superior teve, em média, seu salário relativo, quando cotejado com outro trabalhador na mesma faixa etária que tivesse apenas o 2º. grau, ampliado de 102% para 179% entre 1989 e 2000; para as mulheres nas mesmas condições o aumento foi de 87% para 154%.

Uma vez que o diferencial de salários por gênero constitui-se em fator importante da desigualdade de remuneração no Brasil (assim como em outros países), tentamos avaliar, por meio do gráfico 4.1 abaixo, como evoluiu este diferencial por faixa etária e nível de escolaridade.

Gráfico 4.1



Fonte: MTE. RAIS.

Ao vislumbrarmos o gráfico acima pode-se extrair três ilações importantes. Primeiramente, é óbvia a diminuição dos diferenciais de salários entre homens e mulheres, independentemente do subconjunto de trabalhadores segundo a qualificação educacional e faixa etária considerado. Em segundo lugar, é significativo constatar que o contingente mais jovem de trabalhadoras, para o qual os diferenciais de remuneração já eram menores, foram as que conseguiram reduzir ainda mais tais distâncias. E, por fim, é possível perceber também que as trabalhadoras com menor escolaridade, que já eram menos afetadas pela discriminação, são as que obtiveram melhores resultados no que tange à redução dos diferenciais de salários. Tal constatação revela-se pouco alvissareira, pois implica dizer que o segmento de mulheres com nível superior foi o que menos sucesso obteve em reduzir a distância de suas remunerações relativamente à dos homens.

5. Diferencial de Salário por Nível de Escolaridade Segundo Setor de Atividade

Um segundo conjunto essencial de variáveis a serem considerados na análise dos diferenciais de salário refere-se ao setor de atividade em que os trabalhadores e

trabalhadoras encontram-se alocados, pois afigura-se inequívoco a existência de diferenças importantes quanto aos níveis médios de remuneração em cada setor de atividade, com destaque para os maiores salários relativos encontrados, ainda, no setor industrial.

As tabelas 5.1 e 5.2 apresentam os diferenciais de salários, de homens e mulheres, por nível de escolaridade e de acordo com o setor em que se encontravam empregados.

Tabela 5.1

Salário Relativo dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Nível de Escolaridade Segundo Setor de Atividade

Salário dos Trabalhadores com Grau de Escolaridade Anterior = 100

1o. Grau X Analfabetos - Masculino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	171,68	153,81	118,26	138,69	160,23
1992	248,25	166,80	136,20	164,54	171,78
1996	202,97	144,59	113,92	122,99	173,49
1998	162,74	145,00	112,97	110,19	161,21
2000	161,65	135,58	106,71	103,59	148,75

2o. Grau X 1o. Grau - Masculino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	173,90	158,13	165,81	166,90	170,80
1992	171,73	154,48	155,81	175,30	185,00
1996	163,74	152,15	144,03	153,56	205,56
1998	169,67	152,22	138,37	159,69	212,41
2000	164,88	151,10	130,79	150,00	189,92

Superior X 2o. Grau - Masculino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	256,66	283,80	296,90	198,87	253,63
1992	238,17	279,87	294,03	184,67	263,13
1996	249,85	280,18	313,61	208,91	264,19
1998	275,89	306,63	335,37	227,03	225,31
2000	309,73	288,85	352,66	261,72	290,49

1o.GrauXAnalfabetos-Feminino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	126,67	126,46	111,35	102,02	126,80
1992	147,21	134,93	119,39	115,77	147,92
1996	122,88	173,86	102,95	131,49	154,14
1998	102,16	128,63	100,76	112,62	144,90
2000	87,68	124,69	94,62	115,85	134,06

2o. Grau X 1o. Grau - Feminino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	174,90	130,14	128,16	130,03	136,60
1992	179,31	143,62	124,79	146,95	140,38
1996	160,96	113,13	117,92	119,01	173,55
1998	166,20	136,50	118,87	129,97	191,08
2000	156,22	139,27	116,26	126,44	182,16

Superior X 2o. Grau - Feminino

	Indústria	Const.Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária
1989	251,39	226,16	210,23	197,21	235,85
1992	252,50	236,30	209,59	191,46	234,11
1996	277,99	246,62	233,43	212,24	217,14
1998	315,04	256,09	250,48	220,69	188,70
2000	351,41	246,45	260,14	233,89	236,80

Fonte: MTE. RAIS.

Tabela 5.2**Taxa de Crescimento do Diferencial de Salários por Nível de Escolaridade Segundo o Setor de Atividade: 1989-2000**

	1º. Grau		2o. Grau		Superior	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Indústria	-5,43	-11,01	-1,19	-3,02	5,23	8,91
Const. Civil	-3,92	-0,76	-1,06	0,85	1,27	2,52
Comércio	-3,93	-4,95	-5,93	-2,44	4,76	6,04
Serviços	-9,85	2,27	-3,07	-1,79	7,56	4,83
Agropecuária	-2,12	0,91	3,50	8,84	1,16	-2,08

Fonte: MTE. RAIS.

Os dados relativos ao diferencial salarial entre trabalhadores com o 1º. grau completo e os analfabetos revela, inequivocamente, que, independentemente do setor de atividade em que se encontravam localizados, tal diferencial reduziu-se consistentemente a

partir de 1992, após um pequeno aumento entre 1989 e 1992. Esta redução ocorreu de forma mais intensa no setor industrial, no qual o diferencial era maior em 1992. Os trabalhadores industriais com 1º. grau que percebiam, em 1989, cerca de 150% a mais que os analfabetos viram esta diferença retroagir para algo em torno de 60%. Percentual este apenas pouco maior que o observado na construção civil e na agropecuária. Outra constatação igualmente expressiva refere-se à quase ausência de diferencial salarial entre estes dois grupos de trabalhadores ao final da década de 90 nos setores comercial e de serviços, com a redução constante deste indicador ao longo dos anos 90. Para as mulheres, conquanto as variações sejam mais erráticas, a tendência de perda da importância da formação de 1º grau nos diferenciais de salário revelam-se semelhantes ao observado para os homens. As trabalhadoras, que já tinham um ganho associado à escolarização básica menor do que dos homens, também sofrem a mesma perda relativa, mais pronunciada ainda no caso da indústria. As únicas exceções dignas de nota dizem respeito aos pequenos aumentos observados no setor de serviços e agropecuário.

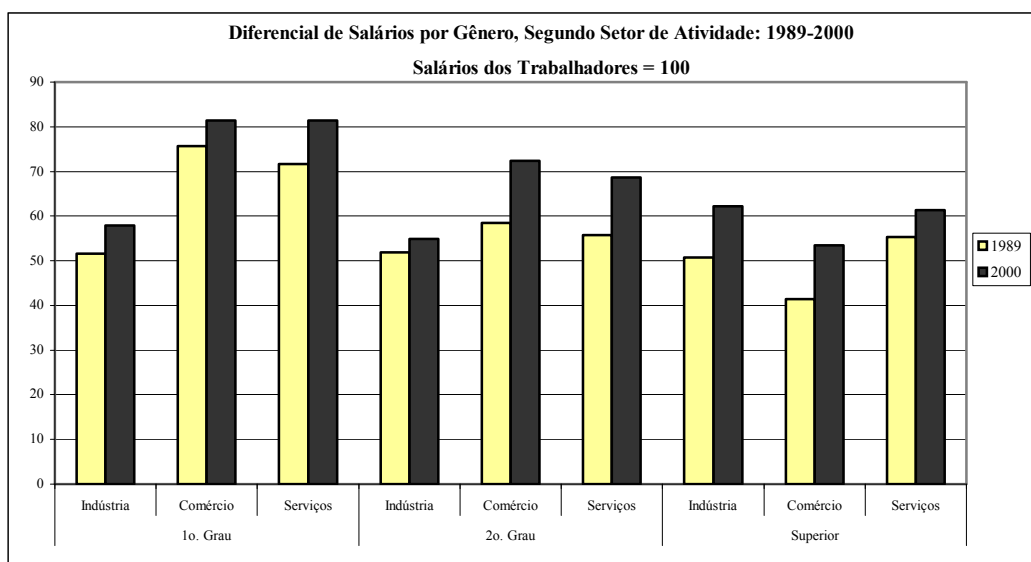
Quando comparamos os trabalhadores com o 2º. grau completo com aqueles que tinham apenas o 1º. grau, percebemos que, ao longo da década de 90, o diferencial de salários entre eles declinou de forma praticamente constante para quase todos os setores de atividade, à exceção da agropecuária. Ressalte-se, sob este aspecto, o declínio relativo mais acentuado observado no setor comercial. Este declínio no diferencial relativo do comércio e o aumento na agropecuária repete-se também quando consideramos as trabalhadoras, observando-se, neste caso, decréscimo mais pronunciado no setor industrial. Simultaneamente, nos setores de serviços e de construção civil, a despeito do aumento verificado em 1992 e redução em 1996, a década termina com certa estabilidade no indicador relativo de rendimentos entre trabalhadoras com o 2º. e o 1º. grau

A evolução dos salários dos trabalhadores relativamente ao nível educacional anterior altera-se de forma importante quando consideramos o 3º. grau. Neste caso, contrariamente ao observado para os dois níveis de escolarização anterior, constatamos um aumento importante no diferencial de salários em quase todos os setores, apontando-se como única exceção a relativa estabilidade no setor de construção civil. Quando consideramos as mulheres trabalhadoras com nível superior de ensino e comparamos o evoluir de seus salários com aquelas que tinham o 2º. grau percebemos um aumento

significativo no setor industrial e acréscimos mais modestos no comércio, serviços e construção civil, apontando-se a agropecuária como exceção no caso das mulheres.

A visualização do gráfico 2.7, que apresenta o salário médio das mulheres como porcentagem do salário masculino, permite-nos três inferências fundamentais.

Gráfico 5.1



Fonte: MTE. RAIS.

A primeira refere-se à redução do diferencial de salários entre 1989 e 2000, conquanto esta tenha se feito de forma modesta, evidenciando o progresso obtido, mas, sobretudo o largo caminho ainda a percorrer relativamente à discriminação por gênero no mercado de trabalho brasileiro. A segunda inferência diz respeito aos maiores diferenciais de salários homem-mulher conforme aumenta o nível educacional. E, por fim, quanto aos setores de atividade, percebemos que os diferenciais mais desfavoráveis ao sexo feminino concentram-se no setor industrial quando consideramos as trabalhadoras com 1º. e 2º. grau e no comércio quando tratamos com mulheres com escolaridade superior.

6. Diferencial de Salário por Nível de Escolaridade Segundo Tamanho da Empresa

Um outro conjunto de informações importante para avaliarmos a validade da hipótese de trabalho proposta no início de nosso estudo refere-se aos diferenciais de salários segundo o tamanho das empresas. É fato que um dos fatores a condicionar de forma significativa a remuneração média dos trabalhadores consiste no tamanho das empresas em que ele se encontra empregado; há uma relação direta entre o nível de

remuneração dos trabalhadores e o porte das empresas. Assim, uma análise adequada dos diferenciais de remuneração deve também considerar esta influência, buscando isolá-la, visando aquilatar corretamente o papel da educação.

Todavia, relativamente a esta variável (porte da empresa) outro motivo a reveste de maior importância em nossa análise. Estamos a nos referir ao fato de que, dentro da linha de argumentação proposta pela visão hegemônica acima apresentada, seriam as empresas de médio e principalmente de grande porte, as principais responsáveis pela introdução de métodos produtivos mais sofisticados e que demandariam maior qualificação da mão de obra. Assim, deveríamos esperar, segundo esta perspectiva, um aumento mais expressivo dos diferenciais de salário segundo a maior qualificação dos trabalhadores, conforme aumenta o tamanho da empresa.

Tabela 6.1
Salário Relativo dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Nível de Escolaridade
Segundo Tamanho da Empresa
Salário dos Trabalhadores com Grau de Escolaridade Anterior = 100

1o. Grau X Analfabetos - Masculino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	117,65	158,41	160,59	175,00
1992	143,92	180,28	199,19	224,00
1996	127,13	148,17	163,29	200,86
1998	127,20	141,34	154,43	155,53
2000	122,61	131,23	138,19	165,19

2o. Grau X 1o. Grau - Masculino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	179,17	191,06	164,35	145,27
1992	193,01	182,44	163,21	140,71
1996	168,47	171,97	146,37	133,62
1998	155,92	167,75	150,61	144,84
2000	141,49	157,22	145,67	134,29

Superior X 2o. Grau - Masculino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	251,40	195,91	226,06	213,67
1992	237,71	198,47	216,06	195,30
1996	261,63	213,95	244,01	198,07
1998	287,76	242,62	270,34	206,43
2000	298,50	263,06	300,16	247,50

1o. Grau X Analfabetos – Feminino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	97,37	100,80	130,39	114,62
1992	120,45	138,00	166,30	123,28
1996	99,60	105,40	150,79	159,09
1998	99,58	92,09	131,80	133,93
2000	101,36	90,56	112,24	142,32

2o. Grau X 1o. Grau - Feminino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	136,22	158,10	145,49	119,13
1992	143,40	161,23	145,18	128,17
1996	130,92	148,19	125,79	105,71
1998	128,45	156,36	138,73	116,22
2000	124,22	149,42	138,18	114,39

Superior X 2o. Grau - Feminino

	Microempresas	Pequenas	Médias	Grandes
1989	187,30	164,25	222,74	206,81
1992	205,29	176,63	229,52	200,24
1996	227,91	197,76	259,83	201,74
1998	235,83	213,63	285,35	200,57
2000	245,49	224,03	305,00	213,00

Fonte: MTE. RAIS.

Tabela 6.2**Taxa de Crescimento do Diferencial de Salários por Nível de Escolaridade Segundo o Tamanho das Empresas: 1989-2000**

	1o. Grau		2o. Grau		Superior	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Microempresas	-0,41	-1,10	-6,86	-2,95	5,35	6,80
Pequenas	-6,20	-6,19	-4,74	-1,44	7,90	8,11
Médias	-5,55	-5,32	-3,22	-1,49	7,91	8,46
Grandes	-4,80	5,16	-1,28	-1,79	3,49	0,61

Fonte: MTE. RAIS.

A visualização das tabelas 6.1 e 6.2 permite-nos algumas inferências fundamentais quando consideramos o impacto dos níveis ascendentes de escolaridade sobre as

remunerações relativas quando considerado o porte das empresas⁶ nas quais o trabalhador se encontra alocado.

A primeira constatação, de ordem geral, refere-se à diminuição operada no diferencial de remuneração no período de 1989 a 2000 para os trabalhadores e trabalhadoras com 1º. grau relativamente aos analfabetos e entre os trabalhadores – de ambos os sexos – com 2º. grau quando cotejados com aqueles que tinham apenas o 1º. grau completo. Três exceções aqui se impõem de forma significativa. A relativa estabilidade nas remunerações relativas quando considerados os assalariados homens e mulheres com o 1º. grau em microempresas e o ganho expressivo das mulheres com 1º. grau completo que se encontravam empregadas em empresas de grande porte. Todavia, anotadas estas exceções (três em dezesseis situações distintas), fica evidenciado que o prêmio salarial associado à obtenção do 1º. e 2º. grau diminuiu de maneira importante nos anos 90. Tal evidência revela-se ainda mais significativa quando observamos que para praticamente todos os subgrupos até aqui considerados o pico do diferencial ocorreu em 1992, quando a economia ainda atravessava uma crise pronunciada, declinando este diferencial de forma quase constante a partir de então. Ou seja, exatamente quando se aprofundam a abertura econômica e o processo de reestruturação produtiva é que a remuneração relativa daqueles trabalhadores e trabalhadoras que conseguem completar o 1º. e o 2º. grau diminui proporcionalmente àqueles com escolaridade inferior.

A segunda constatação emerge da visualização de que os dois segmentos de empresas que sofrem mais consistentemente estas perdas relativas são as pequenas e médias, na medida que, além das exceções acima mencionadas, é nas grandes empresas que os trabalhadores, homens e mulheres, com 2º. grau completo têm a menor redução em suas remunerações relativamente àqueles que tinham apenas o nível fundamental.

Quando consideramos os rendimentos das pessoas com nível superior de escolaridade fica óbvia a inversão total relativamente à análise feita para os níveis de qualificação educacional anteriores. Para os trabalhadores e trabalhadoras que conseguiram completar o 3º. grau verificamos uma ampliação substancial e consistente dos diferenciais de remuneração quando cotejados com aqueles que tinham o 2º. grau no caso das micro,

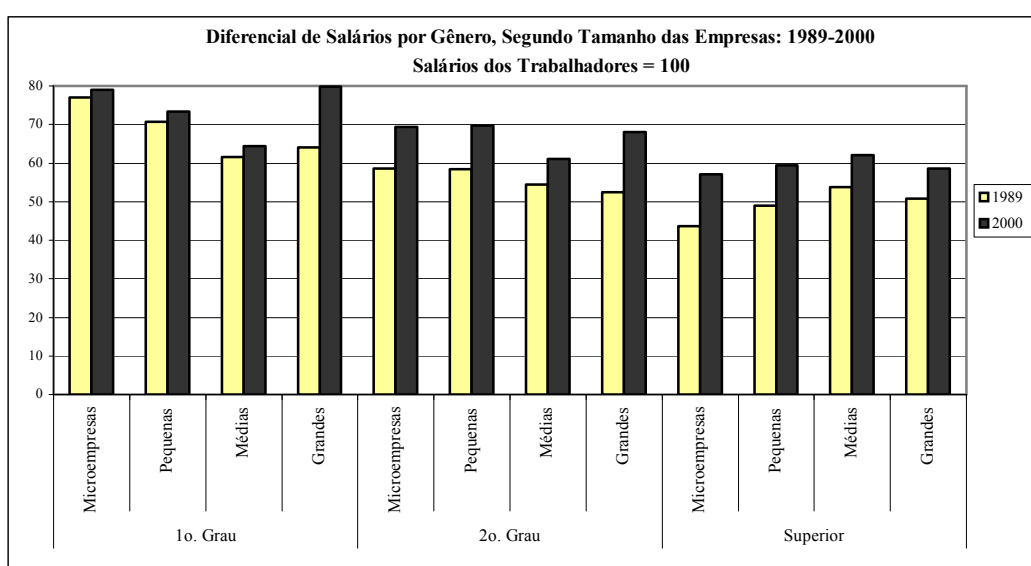
⁶. As empresas foram classificadas segundo o número de empregados em: microempresas (até 19 empregados), pequenas empresas (20 a 99 empregados), médias (100 a 499 empregados) e grandes empresas (500 ou mais empregados).

pequenas e médias empresas. Este aumento do diferencial revelou-se pouco maior para as mulheres.

Entretanto, este não é o caso das empresas de grande porte, nas quais, a despeito de também haver ocorrido aumento dos diferenciais de salários, este se fez de forma mais modesta, sobretudo quando consideramos o contingente feminino.

O gráfico 6.1 apresentado na seqüência mostra a evolução dos diferenciais de salários entre homens e mulheres segundo o tamanho das empresas, por nível de escolaridade.

Gráfico 6.1



Fonte: MTE. RAIS.

O exame do gráfico revela nitidamente quais foram os grupos de mulheres que mais avançaram relativamente à redução dos diferenciais de seus salários comparados aos dos homens.

As mulheres que tinham o 1º. grau completo foram as que, em média, menos reduziram seus diferenciais de salários, ainda que mantendo claramente posição mais favorável que a dos demais grupos de escolarização. A exceção a ser registrada refere-se ao segmento das grandes empresas, nas quais a redução das diferenças de salários operou-se de forma expressiva. Isto ocorreu também com as mulheres com o 2º. grau, embora, neste caso também as trabalhadoras empregadas nas micro, pequenas e médias empresas apresentam evolução importante. Desempenho semelhante pode observado relativamente às trabalhadoras com nível superior de escolaridade, destacando-se aqui dois fatos

relevantes. Em primeiro lugar, o maior ganho relativo apresentado pelas mulheres em microempresas e, em segundo lugar, a posição relativa mais desfavorável no que se refere aos diferenciais de salários para as mulheres mais qualificadas, cujo salário relativo, em média, estava em torno de apenas 60% do salário dos homens em 2000.

7. Conclusões

Um exame geral dos dados apresentados nas seções anteriores revela que nossa proposição inicial – de que apenas um conjunto restrito de trabalhadores e trabalhadoras de fato se beneficiou, mediante prêmios salariais relativamente mais elevados, de maiores níveis de escolaridade formal – mostrou-se válida, quando controlamos as variáveis idade, setor de atividade e tamanho da empresa. Apenas o subconjunto de homens e mulheres que tinham o nível superior apresentaram, consistentemente, aumento em seus níveis médios de remuneração relativamente àqueles com o 2º. grau.

No que tange à faixa etária, foi possível constatar algumas exceções importantes apenas no que se refere aos assalariados com 2º. grau mais jovens e na faixa de 40 a 49 anos, os quais obtiveram ganhos inexpressivos no período. O único resultado mais destoante corresponde ao segmento de homens e mulheres com 50 anos ou mais, apontando-se, por outro lado, ganhos constantes para as pessoas com nível superior, independentemente de sua idade, conquanto os mais jovens tenham sido mais privilegiados.

Já na análise por setor de atividade fica nítida a manutenção da tendência acima apontada – perdas relativas para os trabalhadores e trabalhadoras com o 1º. e 2º. grau e ganhos para os que tinham nível superior. A única exceção digna de nota compreende o setor primário, cujo comportamento divergente relativamente aos demais setores, muito provavelmente encontra-se relacionado aos vieses relacionados ao processo de formalização das relações de trabalho do que propriamente à composição da mão de obra do setor, como já tínhamos anteriormente anotados.

Quando consideramos os diferenciais de salários segundo o tamanho das empresas, constatamos que não há um padrão definido que permita imputar sistematicamente a qualquer segmento de empresas uma maior ou menor valorização do capital humano nos anos 90, conquanto uma observação mais minuciosa leve-nos a atribuir às grandes empresas, comparativamente às demais, menores perdas para os trabalhadores e

trabalhadoras com 1º. e 2º. grau e, concomitantemente, menores ganhos relativos para os trabalhadores com nível superior. Tal constatação vai de encontro à visão hegemônica apresentada no início deste trabalho, uma vez que é neste segmento de empresas que deveríamos esperar maiores investimentos em novas tecnologias e, por conseguinte, maior demanda e remuneração para os trabalhadores mais qualificados.

8. Bibliografia

- BOUND, J. & JOHNSON, G. “Changes in the structure of wages in the 1980s: an evaluation of alternative explanations”. *American Economic Review*, v. 82, jun.1992.
- CACCIAMALI, M.C. *Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro*, GEPP, FEA\USP, São Paulo, 1997, mimeo.
- CACCIAMALI, M.C. & PIRES, J.M. “Instituições laborais, emprego e distribuição de renda no Brasil”. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol. 9, n. 4, 1995.
- CORSEUIL, C. H. & SANTOS, D. D. “Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira”. *Texto para discussão interna, n. 885*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- FERNANDES, R. & MENEZES FILHO, N. A. *A evolução da distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil: uma análise para o período de 1983 a 1997*. Mimeo, 1999.
- MATTOSO, J.E. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- NERI, M. C. “Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações”. *Texto para discussão interna, n. 743*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- OLIVEIRA, C.B. & MATTOSO, J.E.L. (orgs.). *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta, 1996.
- PASTORE, J. *O desemprego tem cura?* São Paulo: Makron Books, 1997.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- RAMOS, L. e REIS, J.G. “O emprego no Brasil nos anos 90”. *Texto para discussão interna, n. 468*. IPEA, Brasília, 1997.
- SALM, C. “O mercado de trabalho em debate”. In: *Novos Estudos*, n. 39, julho/1994.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 1999.

